

**Ministro do Desenvolvimento Agrário**

**JCL: Como foi o processo de construção do Plano Safra 2009/2010, uma vez que existe escassez de recursos financeiros? Mesmo assim, o Plano aumentou 28,2% em relação ao Plano anterior e 531% em relação à safra 2002/2003?**

A construção do Plano Safra tem duas vertentes bastante densas, uma delas é a recepção das pautas dos movimentos sociais do campo, que são recebidos pelos Ministros e às vezes, até mesmo pelo Presidente Lula. As respostas são dadas ponto a ponto. A consolidação destas pautas servem de base para o Plano Safra.

A outra vertente está na negociação interna do próprio governo. Negociamos com a área econômica para discutir o montante dos recursos, as taxas de juros, as normativas do Banco Central que orientam todo o sistema financeiro nacional. Tem também as negociações com o Congresso Nacional. Este ano, por exemplo, teve a votação da MP 455, da alimentação escolar ou decretos como o da criação do Selo da Agricultura Familiar ou até mesmo o decreto que mexe na criação do seguro de investimento. Então, é um trabalho muito intenso.

O que diferenciou neste ano, é que conseguimos acordar com os movimentos e fazer toda a negociação no mês de Maio. Assim, foi possível que tivéssemos, pela primeira vez em seis anos de governo, o mês de Junho pra trabalhar dentro do governo, de tal forma que já no segundo dia útil de Julho, dia 2, o dinheiro já estava disponível nos bancos, já com as resoluções.

Sobre a composição de recursos, a nossa área econômica fez uma composição de fontes bastante complexas e funcionais. Então, crescer na disponibilização de crédito rural num momento em que as fontes estão escassas é muito importante.

Hoje os depósitos a vista de todo o sistema financeiro nacional somam um montante ao redor de 120 bilhões de reais. Deste valor, a Agricultura Familiar (AF) usava 8%, passou para 10% por determinação do Banco Central. Então, bancos que não tem foco no público rural vendem essa carteira para os bancos que trabalham com esta parcela da população. Isso permite que não falte recurso para a AF. Essa relação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a área econômica tem garantido o recurso em tempo adequado, já em Julho e em quantidade suficiente.

**JCL: Quantos produtores o Plano Safra 2009/2010 pretende atingir e quantos são do Rio Grande do Sul? Quais atividades serão beneficiadas pelo atual Plano?**

Desde 2002 vem crescendo o número de famílias beneficiadas pelo Pronaf. Saímos de 950 mil famílias para 2 milhões de famílias. Queremos incluir mais 200 mil famílias neste Plano Safra. A cobertura é boa, mas ainda precisa melhorar no Norte e no Nordeste.

Dos 15 bilhões deste Plano Safra, mais de 3 bilhões vão para o RS, onde a Agricultura Familiar é bastante organizada há muito tempo. Em 2003, os recursos para o RS foram de 650 milhões.

O RS é o Estado com maior número de contratos do Pronaf em todo o país: cerca de 350 mil contratos realizados pelo Pronaf são de agricultoras e agricultores gaúchos. É muito difícil de encontrar no RS um agri-

cultor sem crédito. O Pronaf tem uma cobertura no Estado de 95% de agricultores pronafianos.

**JCL: Tem se ouvido falar que os recursos não têm chegado ao produtor, como o governo planejava. Quais são os problemas e porque isto acontece? Será por causa do endividamento, da falta de limite de crédito do produtor ou pela burocracia dos bancos?**

Os números de crescimento do Pronaf são bastante consistentes. Em uma análise regional temos diferenças significativas. O RS, por exemplo, tem crescimento bastante significativo. Agora, já na região Norte e Nordeste temos problemas de acesso. Enquanto que nas demais regiões tem sobrado recursos.

Se o produtor estiver tendo problemas é por desinformação ou por algum problema de endividamento. A lei 1175 deu um tratamento a todo estoque de dívidas do nosso país desde 1970. As pessoas devem procurar os bancos e se tiverem algum passivo, procurem renegociar. Há um tratamento especial para os agricultores assentados da Reforma Agrária. Eles tem descontos que variam de 30% a 90% e os agricultores do semi-árido brasileiro, do grupo B, os descontos variam de 20% a 60% nas operações onde os riscos são da União.

O valor médio dos contratos do Pronaf duplicaram nos últimos quatro anos. No custeio, por exemplo, a média era de 5 mil e passou para R\$ 10.200,00. Os investimentos foram de 7 mil para 18 mil, puxado pelo Programa Mais Alimentos, através do qual foram feitas aquisições de equipamentos agrícolas de um montante maior.

A burocracia, o manual do crédito rural, que é a bíblia que orienta o sistema financeiro, deixa claro que deve haver acordo entre as partes, buscando a simplificação. Os bancos diminuíram a burocracia, há seguro das intempéries climáticas e da disparada de preços. Então o banco tem mais garantia do retorno do seu dinheiro e isso diminui a burocracia.

**JCL: Qual é a inadimplência média do Produtor Familiar no Sul comparado com o Produtor Empresarial?**

Os agricultores familiares são ótimos pagadores. A inadimplência no Pronaf é baixíssima, cerca de 3% apenas. Já foi menor, mas como tivemos problemas climáticos na última safra, aumentou um pouco. O bom pagador do Pronaf sempre terá a vida facilitada.

**JCL: O que representa a Agricultura Familiar na alimentação do povo brasileiro?**

A Agricultura Familiar é responsável por 70% de tudo o que vai para mesa do brasileiro no dia-a-dia. É ela que produz 67% do feijão, 70% do frango, 60% do suíno, 56% do leite, 62% da uva, 80% da mandioca, 44% da batata, 49% do tomate e 69% da

alface que compõem o nosso cardápio. Poderemos citar ainda muitos outros como milho, cebola, banana, abacaxi, todos produzidos por esse setor da economia que responde também por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

**JCL: Como está funcionando o seguro da Agricultura Familiar?**

O seguro tem duas portas de entrada: um sistema vigente de seguro de preços, todos eles implantados nos últimos três anos, que é o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar, que vale para as operações de custeio e de investimento. Significa que quando o agricultor toma o crédito rural, ele vai indicar qual produto será indexado. Se ele comprar um trator para pagar em 10 anos, durante este período, ele terá que indexar o feijão a 80 reais, o preço mínimo nesta safra. Se o feijão cair a 40 reais, ele terá um desconto de 50% na operação de crédito. O outro instrumento é o Seguro da Agricultura Familiar, o seguro da produção, que garantem enfrentar a seca no norte e nordeste e a chuva no sul. É o antigo Proagro que nós revitalizamos e melhoramos. Este Programa paga 100% do valor financiado mais 65% da receita líquida esperada. Então se o agricultor perder

tudo, como houve alguns casos no RS, ele é anistiado através do crédito e ainda leva pra casa R\$ 2.500,00 até recompor um novo calendário de plantio.

Se você pegar clima e preço ruins, o sistema está protegido. A inovação deste ano é estender a operação de seguro de riscos climáticos para as operações de investimentos. Se ocorrer uma enchente ou uma seca e tenho o benefício do custeio, estamos propondo estender o mesmo benefício para a parcela de investimento. Isto é novo e está em construção, mas queremos aprovar em bre-

ve, até outubro, pois é importante para os agricultores que não precisarão prorrogar a dívida e precisarão tomar crédito. É bom para o governo porque resolve o problema logo que ele aparece.

**JCL: Quanto tem sido investido no Programa Mais Alimentos?**

O Programa Mais Alimentos foi criado dentro do Pronaf para contrapor a inflação dos alimentos que estava começando a aparecer no ano passado. Como os Agricultores Familiares e os assentados são os que produzem alimentos, o governo tomou a decisão de baixar as taxas de juros de investimento do Pronaf rapidamente, de 5% para 2% em média e aumentou o teto enormemente de 35 mil para 100 mil reais. Houve um grande acordo com a indústria de equipamentos e tratores no sentido de tabelar e baixar os preços oferecendo um produto simples e funcional para a Agricultura Familiar. Dos 3,8 bilhões de reais do Pronaf em investimentos, só o Mais Alimentos já conseguiu 1,5 bilhão de reais.

**JCL: Quais são as novidades da nova sistemática do ATER (Apoio a Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural) e o que ele visa melhorar?**

O conjunto das políticas de crédito, seguro, acesso a mercado estão bem regulamentadas. Mas para isto chegar a todas as comunidades rurais do país, precisa de um sistema virtuoso, preparado e capacitado de extensão rural. O que vínhamos fazendo nos últimos quatro anos é revitalizar o sistema das ONGs, Ematers, Cooperativas trabalhando com convênios. Para um serviço continuar constante como a agricultura precisa, esses mecanismos de convênios são inadequados, porque são anuais e precisam ser negociados anualmente, atrasam os trabalhos. Na proposta que o Presidente Lula encaminhou ao Congresso Nacional está se apostando na regularidade e estabilidade na forma de repassar recursos, onde a dispensa de licitação vai ser o mecanismo adotado. Isto significa que vamos definir os preços de todos os serviços de extensão rural no país, respeitando as diferenças regionais e culturais. Todas as entidades que quiserem trabalhar com extensão rural deverão estar cadastradas no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que já vem assim desde 2004. São mais de 700 instituições credenciadas e vamos pagar pelo serviço realizado. O modelo é do Sistema Único de Saúde, o SUS: trabalho realizado é trabalho pago. Isso vai melhorar a agilidade na prestação de serviços.

**JCL: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) também teve ampliação. Quais as atividades agrícolas que ele tem mais beneficiado?**

O PAA deu tão certo que inspirou a lei da alimentação escolar que determina que 30% dos recursos repassados pelo governo ao FNDE, sejam utilizados para a compra de produtos da Agricultura Familiar com processo simplificado de aquisição. Os valores para aquisição iniciavam em R\$ 3,5 mil por agricultor e chegaram a R\$ 8 mil no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Já no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que faz a compra com doação simultânea, o Comitê Gestor aprovou a ampliação de R\$ 3,5 para R\$ 4,5 mil reais. Na alimentação escolar, o agricultor pode vender até R\$ 9 mil reais. Então somando os três, chega-se a R\$ 22 mil que o agricultor pode vender, como preço de referência. Essa foi a grande ampliação do PAA neste ano.

**JCL: Quais as perspectivas da Agricultura para os próximos anos?**

A perspectiva tem três aspectos:  
 1. Estabilização e divulgação do escopo de políticas públicas que foram criadas. O Brasil mostra-se bastante a frente em políticas públicas, se comparado à China, Índia, México, Argentina, países que têm a mesma dimensão econômica. Conseguimos estabilizar e até mesmo criar uma classe média no meio rural. O país deu um salto para o futuro para fortalecer um segmento, o da Agricultura Familiar.  
 2. A expectativa de que poderemos ter o sistema de segurança alimentar todo ancorado na proposta da Agricultura Familiar.  
 3. O desafio da agricultura mais limpa, que respeita o meio ambiente, que é orgânica e de baixo custo, vai ser bastante reconhecida no mercado. Então migrar para sistemas mais sustentáveis é o principal desafio agrônomo da Agricultura.

